



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

AgRg no RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 189376 - MT (2023/0398011-3)

RELATOR : **MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**
AGRAVANTE : **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**
AGRAVADO : **SÉRGIO ROBERTO DE CARVALHO**
ADVOGADOS : **PIETRO MIORIM - RS070897**
: **RICARDO DE PARANAGUÁ PIQUET CARNEIRO - DF050392**
: **MATHEUS PELZL FERREIRA - MS025241**

EMENTA

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EM *HABEAS CORPUS*. TRÁFICO DE DROGAS. ASSOCIAÇÃO PARA O NARCOTRÁFICO. FALSIFICAÇÃO DO SINAL EMPREGADO NO CONTRASTE DE METAL PRECIOSO OU NA FISCALIZAÇÃO ALFANDEGÁRIA, OU PARA OUTROS FINS. LAVAGEM DE DINHEIRO. COMPETÊNCIA PARA AUTORIZAÇÃO DE QUEBRA DE SIGILO DE DADOS DE CELULAR. NÃO APLICAÇÃO DA TEORIA DO JUÍZO APARENTE. FATOS CONEXOS À OPERAÇÃO QUE TRAMITA NA JUSTIÇA FEDERAL. NÃO DEMONSTRÇÃO DE URGÊNCIA QUE AUTORIZARIA A ATUAÇÃO DA JUSTIÇA ESTADUAL. AGRAVO DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL – MPF DESPROVIDO.

1. De rigor o afastamento da aparente competência da Justiça Estadual para autorização da quebra de sigilo de dados, uma vez que a ação policial que culminou na apreensão do celular teve origem em pedido formulado pela Polícia Federal, que, em razão de decisões proferidas pela Justiça Federal de Cuiabá, no âmbito da operação Catrapo, vinha monitorando o corrêu, o que denota ser crível, desde o início, que os fatos investigados eram conexos e estavam compreendidos na competência da Justiça Federal.

2. Não restando minimamente esclarecido como a competência poderia recair sobre a Justiça Estadual, deve ser afastada a possibilidade de aplicação da teoria do Juízo aparente.

3. Não demonstrada urgência que validaria a atuação imediata do Juízo Estadual, mormente em se considerando não haver risco efetivo e iminente de perecimento das provas, uma vez que o celular apreendido se encontrava sob custódia da Justiça, a extração de dados do celular apreendido por ele determinada deve ser declarada nula.

4. Agravo regimental desprovido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da QUINTA TURMA do Superior Tribunal de Justiça, em Sessão Virtual de 20/02/2025 a 26/02/2025, por unanimidade, negar provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Sr. Ministro Joel Ilan Paciornik.

Os Srs. Ministros Reynaldo Soares da Fonseca, Ribeiro Dantas, Messod Azulay Neto e Daniela Teixeira votaram com o Sr. Ministro Relator.
Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Messod Azulay Neto.

Brasília, 27 de fevereiro de 2025.

JOEL ILAN PACIORNIK
Relator



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

AgRg no RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 189376 - MT (2023/0398011-3)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
AGRAVANTE : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
AGRAVADO : SÉRGIO ROBERTO DE CARVALHO
ADVOGADOS : PIETRO MIORIM - RS070897
RICARDO DE PARANAGUÁ PIQUET CARNEIRO - DF050392
MATHEUS PELZL FERREIRA - MS025241

EMENTA

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EM *HABEAS CORPUS*. TRÁFICO DE DROGAS. ASSOCIAÇÃO PARA O NARCOTRÁFICO. FALSIFICAÇÃO DO SINAL EMPREGADO NO CONTRASTE DE METAL PRECIOSO OU NA FISCALIZAÇÃO ALFANDEGÁRIA, OU PARA OUTROS FINS. LAVAGEM DE DINHEIRO. COMPETÊNCIA PARA AUTORIZAÇÃO DE QUEBRA DE SIGILO DE DADOS DE CELULAR. NÃO APLICAÇÃO DA TEORIA DO JUÍZO APARENTE. FATOS CONEXOS À OPERAÇÃO QUE TRAMITA NA JUSTIÇA FEDERAL. NÃO DEMONSTRÇÃO DE URGÊNCIA QUE AUTORIZARIA A ATUAÇÃO DA JUSTIÇA ESTADUAL. AGRAVO DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL – MPF DESPROVIDO.

1. De rigor o afastamento da aparente competência da Justiça Estadual para autorização da quebra de sigilo de dados, uma vez que a ação policial que culminou na apreensão do celular teve origem em pedido formulado pela Polícia Federal, que, em razão de decisões proferidas pela Justiça Federal de Cuiabá, no âmbito da operação Catrapo, vinha monitorando o corrêu, o que denota ser crível, desde o início, que os fatos investigados eram conexos e estavam compreendidos na competência da Justiça Federal.

2. Não restando minimamente esclarecido como a competência poderia recair sobre a Justiça Estadual, deve ser afastada a possibilidade de aplicação da teoria do Juízo aparente.

3. Não demonstrada urgência que validaria a atuação imediata do Juízo Estadual, mormente em se considerando não haver risco efetivo e iminente de perecimento das provas, uma vez que o celular apreendido se encontrava sob custódia da Justiça, a extração de dados do celular apreendido por ele determinada deve ser declarada nula.

4. Agravo regimental desprovido.

RELATÓRIO

Cuida-se de Agravo Regimental interposto pelo MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL contra decisão de minha lavra na qual dei provimento ao recurso em *habeas*

corpus para "declarar a nulidade da extração de dados do celular do corréu Wagner, autorizada pelo Juízo da 5ª Vara Criminal de Ribeirão Preto/SP, nos autos da medida cautelar n. 0003707-44.2022.8.26.0506, devendo a prova ser desentranhada dos autos, sem prejuízo de que seja novamente produzida, desde que em razão de decisão proferida por autoridade competente" (fl. 2516).

No presente recurso, o Ministério Público alega que a representação formulada pela Polícia Federal pela decretação das cautelares não impede a atuação da Justiça Estadual.

Pondera que durante a tramitação do feito houve diversos declínios de competência, afirmando que a ausência de consenso entre os Juízes evidencia a dificuldade para definição da correta atuação no feito.

Relata que não há evidências de que a Juíza de Direito da 5ª Vara Criminal de Ribeirão Preto/SP possuísse conhecimento acerca das investigações processadas no âmbito de outras operações tampouco da monitoração do réu pela Polícia Federal.

Ressalta que *"a fundamentação da Juíza que deferiu as cautelares, repita-se, foi explícita e suficiente e jamais colocou em dúvida sua própria competência, da qual tinha plena convicção, porque era, efetivamente, aparente, no momento em que proferiu a decisão" (fl. 2553).*

Aduz que o fato de o agravante ter tentado se desfazer do celular quando da abordagem policial demonstra a necessidade imediata da análise do conteúdo do aparelho.

Deste modo, defende que era aparente a competência do Juízo da 5ª Vara Criminal de Ribeirão Preto/SP.

Requer, assim, o provimento do agravo a fim de que seja reformada a decisão impugnada.

É o relatório.

VOTO

A decisão agravada deve ser mantida por seus próprios fundamentos.

Quanto à competência para decretação da quebra de sigilo de dados de aparelho celular, assim se manifestou a Corte de origem:

"Ora, de acordo com o disposto no art. 2º da Lei 9.613/1998, o processo e julgamento do crime de lavagem de dinheiro independe do efetivo processo e julgamento do crime que lhe for antecedente, contudo, para tanto, se fazem necessários ao menos indícios da efetiva existência

de um crime antecedente, sendo que a competência judicial com relação a ambos é definida em função da natureza deste último, conforme abaixo transcrito:

[...]

Por outro lado, conforme se depreende do teor da decisão proferida pelo Juízo Estadual de Ribeirão Preto, as medidas requeridas pela autoridade policial foram deferidas até que fosse identificada, com maior segurança, qual a natureza do delito antecedente ao de lavagem de dinheiro, objeto específico do Inquérito 1005697-53.2022.8.26.0506:

Trata-se de representação formulada pela Autoridade Policial pugnando pelo deferimento de medida cautelar de sequestro da quantia de R\$400.139,00 — apreendida e depositada judicialmente nos autos do INQUÉRITO POLICIAL n. 1005697-53.2022.8.26.0506 -. A Autoridade Policial pugnou, ainda, pela concessão de autorização judicial para acesso aos conteúdos das comunicações privadas e demais dados, anotações, mensagens instantâneas, emails, aplicativos, entre outros do gênero, armazenados no(s) aparelho(s) celular(es) apreendido(s) na ocorrência, a fim de revelar fatos relacionados à investigação.

Segundo relatos da Autoridade Policial: "(...) na noite do dia 10/02/2022, a Polícia Militar de São Paulo — PMSP abordou o veículo JEEP/RENEGADE, placa QUM- 4482, trafegando pela no km 302 da Rodovia Anhanguera, em Ribeirão Preto/SP. Na ocasião, o veículo era conduzido por WAGNER GARCIA DE ABREU JUNIOR, CPF n.º 494.179.596—20, e ROGÉRIO AUGUSTO GONÇALVES DE OLIVEIRA, CPF n.º 312.149.448-17 (...) realizada a busca no interior do veículo a equipe policial logrou encontrar expressiva quantidade de dinheiro em espécie; QUE o numerário estava acondicionado dentro de uma mochila/bolsa na parte traseira do veículo e outra parte do dinheiro estava próximo aos pés do passageiro, no assoalho do veículo (total de R\$400.139,00); QUE os conduzidos WAGNER GARCIA DE ABREU JUNIOR e ROGERIO AUGUSTO GONÇALVES DE OLIVEIRA foram questionados acerca da documentação comprobatória da licitude dos valores apreendidos, porém eles nada apresentaram para justificar o transporte da expressiva quantia encontrada no interior do veículo; QUE o veículo que os conduzidos transportavam o dinheiro desprovido de documentação comprobatória da origem é alugado de locadora; QUE em determinado momento da abordagem, WAGNER solicitou aos policiais para urinar na margem da rodovia, ocasião em que se aproveitou para arremessar no matagal um aparelho de telefonia móvel e um cartão da locadora do veículo que conduziam; QUE esclarece que foi possível arrecadar o aparelho celular dispensado, porém percebeu que WAGNER teria retirado o chip de dentro do referido aparelho.

O Promotor de Justiça manifestou-se pelo deferimento da Representação (fls. XX).

Decido.

O art. 126 do Código de Processo Penal prescreve que para decretação do sequestro, bastará a existência de indícios veementes da proveniência ilícita dos bens.

Ora, em análise dos fatos descritos na investigação, parte deles transcritos acima evidencia existência de indícios veementes da proveniência ilícita da quantia em dinheiro, pois, nos dias de hoje quem trafegaria em uma veículo com tamanha quantidade de dinheiro em espécie?

A infinitude de opções à disposição dos averiguados para efetivação de quaisquer transações bancárias mais seguras que a transação adotada pelos averiguados, por si só, é indício veemente da proveniência ilícita no numerário, razão pela qual homologa a apreensão da quantia apreendida até que seja justificada, de forma plausível, a origem do dinheiro apreendido. Sequestre-se o depósito judicial, ressalvado que até mesmo perante o Fisco vigora dever de informar a origem de qualquer

numerário que tenhamos em nossa posse, mormente, na esfera criminal.

Quanto ao pedido para acesso ao conteúdo das comunicações privadas, dados, anotações, mensagens instantâneas, e-mails, aplicativos, entre outros do gênero, armazenados no(s) aparelho(s) celular(es) apreendido(s) nos autos ou nos provedores e que ainda não tenham sido deletados pelo(s) usuário(s), AUTORIZO A PERÍCIA a fim de revelar fatos relacionados à investigação, mormente eventual coautoria nos supostos delitos praticados. Destaco que a circunstância de um dos averiguados de tentar se desvencilhar do celular no momento da abordagem é demasiado suspeita e impõe a necessidade de verificação do conteúdo do telefone apreendido. Servirá essa decisão como ofício dirigido à Policial.

Proceda-se ao apensamento dessa medida ao autos do Inquérito Policial n. 1005697- 53.2022.8.26.0506

Cumpre destacar também que, após o deferimento da quebra de sigilo telemático e da declinação de atribuição por parte do MP (enquanto destinatário de toda a prova colhida na fase pré-processual), o Inquérito foi efetivamente encaminhado a um Juízo Federal (inicialmente, o da 2ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Ribeirão Preto/SP), tendo sido posteriormente avocado pelo Juízo da 5ª Vara Federal da Seção Judiciária do Mato Grosso, perante o qual já tramitavam as investigações da Operação Catrapo (acerca do delito de tráfico de entorpecentes, dentre outros), havendo, dessa forma, o prosseguimento normal da apuração criminal no âmbito da Justiça Federal, apesar de não se ter notícia, nos presentes autos, de um eventual ato formal de convalidação daqueles praticados pelo Juízo Estadual de Ribeirão Preto/SP.

Nesse quadro, considerando que tanto o Juízo da 2ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Ribeirão Preto/SP quanto o Juízo da 5ª Vara Federal da Seção Judiciária de Mato Grosso deram prosseguimento normal à apuração - inclusive, com o subsequente recebimento da denúncia ofertada pelo MPF - tenho que, no caso, os atos praticados pelo Juízo Estadual foram, ao menos tacitamente, convalidados no âmbito da Justiça Federal, não se tendo notícia de que a alegada nulidade tenha sido suscitada de imediato perante tais Juízos.

Firmando entendimento no mesmo sentido, destaco abaixo excerto do minudente parecer da PRR/1ª Região, verbis:

[...]

Os autos do IPL n° 2022.0008284 foram remetidos à Justiça Estadual sob o número 1005697-53.2022.8.26.0506, distribuídos para o Juízo da 5ª Vara Criminal da Comarca de Ribeirão Preto/SP, e, após, encaminhados para o Ministério Público Estadual, que, em 19/07/2022, pugnou pela remessa dos autos a uma das Varas Federais da Subseção Judiciária de Ribeirão Preto (Id 321449414 – Pág. 175/177). Em 16/02/2022, antes mesmo da distribuição regular do inquérito policial, a Polícia Federal em Ribeirão Preto/SP havia representado, perante a Justiça Estadual, pelo sequestro de valores e quebra de sigilo de dados do celular descartado por Wagner Garcia de Abreu Junior (Id 321449415). Sobre o pedido, formulado nos autos da cautelar n° 0003707- 44.2022.8.26.0506, o Ministério Público Estadual, em 22/02/2022, mais uma vez, manifestou-se pela remessa dos autos à Justiça Federal, sustentando que “o crime ora investigado é de competência da Justiça Federal, nos termos do art. 2º, III, da n.º 9.613/98, pressupondo em tese

praticado contra o sistema financeiro e a ordem econômico-financeira, ressaltando-se que o próprio pedido foi realizado pela Polícia Federal” (Id 321449415 – Pág. 7). Por sua vez, o Juízo Estadual, em 22/02/2022, determinou o sequestro do valor apreendido e depositado judicialmente, bem como autorizou a realização de perícia no aparelho celular apreendido, a fim de revelar atos relacionados à investigação, mormente eventual coautoria nos supostos delitos praticados”. Destacou que, “a circunstância de um dos averiguados de tentar se desvencilhar do celular no momento da abordagem é demasiado suspeita e impõe a necessidade de verificação do conteúdo do telefone apreendido” (Id 321449415 – Pág. 8/9). Posteriormente, o Juízo Estadual da 5ª Vara Criminal de Ribeirão Preto/SP acolheu o declínio de atribuição apresentado pelo MPSP, esclarecendo que “a despeito da manifestação do Ministério Público [...] pugnar pela remessa dos autos à Justiça Federal, deferiu as cautelares urgentes requeridas pela autoridade policial esclarecendo que assim o fez com o fim único de resguardar a eficiência da investigação, a qual poderia ser prejudicada caso as cautelares não fossem apreciadas com a urgência que o caso requer, risco que se corria caso o expediente fosse redistribuído à Justiça Federal sem apreciação do pleito urgente” (Id 321449415 – Pág. 10/12). Remetidos os autos à Justiça Federal (Subseção Judiciária de Ribeirão Preto/SP, sob o nº 5005363- 70.2022.4.03.6181), o processo foi desmembrado e devolvido ao Juízo Estadual para apuração do delito de lavagem de capitais, sem prejuízo da apuração do crime contra a ordem tributária. Não consta dos autos a decisão de desmembramento, apenas menção pelos impetrantes e pela autoridade impetrada. Nesse interregno de acontecimentos, a Polícia Federal de Cuiabá/MT (Delegacia de Repressão a Drogas - DRE/DRCOR/SR/PF/MT), em 11/07/2022 (Id 321454116), havia oficiado ao Juízo da 5ª Vara Criminal da Comarca de Ribeirão Preto/SP, representando pela autorização de compartilhamento das provas amealhadas no bojo do IPL 2022.0008284 (1005697-53.2022.8.26.0506) com o Inquérito Policial nº 2021.0049096- SR/PF/MT (Operação Catrapo). Assim, após os autos terem retornado para a Justiça Estadual, o MPSP, em 04/10/2022, considerando que o delito de lavagem de capitais seria apurado na seara estadual, sem prejuízo da apuração do crime contra a ordem tributária, concordou com o pedido de compartilhamento das provas para o inquérito da Operação Catrapo (Id 321454116 – Pág. 14). A decisão de compartilhamento das provas pela Justiça Estadual foi proferida em 06/10/2022 (Id 321454116 – Pág. 15). Segundo se extrai da narrativa da denúncia ofertada no bojo da Operação Catrapo, no evento 7 (Da apreensão da aeronave prefixo PT-LXT (Clone do Prefixo PR- RNA) com 33,294 Kg de Cocaína), a autorização para o compartilhamento de provas teria sido deferida pelo Juízo da 2ª Vara Federal de Ribeirão Preto/SP, vinculada ao Inquérito Policial 2022.0008284:

[...]

Esse, pois, o contexto passível de ser inferido dos autos acerca do compartilhamento da prova obtida com a quebra de sigilo de dados extraídos do aparelho celular de Wagner Garcia de Abreu Junior pelo Juízo Estadual (Juízo da 5ª Vara Criminal da Comarca de Ribeirão Preto/SP) nos autos nº 1005697-53.2022.8.26.0506, que foi citada na denúncia oferecida nos autos da ação penal nº 1000926- 10.2021.4.01.3606 como elemento de prova do envolvimento de Sérgio Roberto de Carvalho nos eventos apurados durante a Operação Catrapo, bem como da avocação, pelo Juízo impetrado, do inquérito nº 5005363- 70.2022.4.03.6181, em trâmite perante a Justiça Federal (Subseção Judiciária de Ribeirão Preto), referente à apreensão de R\$ 400.139,00 com os investigados WAGNER GARCIA DE ABREU JÚNIOR e ROGÉRIO AUGUSTO GONÇALVES DE OLIVEIRA e a apreensão do aparelho celular descartado na beira da estrada. No âmbito do Supremo Tribunal Federal, as provas colhidas ou autorizadas por juízo aparentemente competente à época da autorização ou produção podem ser ratificadas a posteriori, mesmo que aquela autoridade judicial que as decretou venha a ser posteriormente considerada incompetente, ante a aplicação no processo investigativo da teoria do juízo aparente (STF. 2ª Turma. RE 1318172 AgR, Rel. Min. Edson Fachin, Segunda Turma, julgado

em 04/04/2022). Trata-se da teoria do juízo aparente, que possibilita a ratificação de atos processuais praticados por juízo aparentemente competente ao tempo de sua prática (STF. 1ª Turma. HC 185755 AgR, Rel. Min. Rosa Weber, julgado em 08/06/2021). Também no Superior Tribunal de Justiça é pacífica a possibilidade de se aplicar a teoria do juízo aparente para ratificar medidas cautelares deferidas no curso do inquérito policial quando autorizadas por juízo aparentemente competente (STJ. 5ª Turma. AgRg no RHC 156.413-GO, Rel. Min. Ribeiro Dantas, julgado em 05/04/2022 - Info 733). No caso, ao contrário do que alegam os impetrantes, é possível perceber que a Justiça Estadual era, aparentemente, competente para autorizar a realização de perícia no celular apreendido. Isso porque, embora demonstrado que a abordagem ao veículo tenha ocorrido em virtude de pedido dPolícia Federal, que vinha monitorando Wagner Garcia de Abreu Júnior com a devida autorização judicial, certo é que os fatos foram levados ao conhecimento da autoridade policial federal de Ribeirão Preto/SP e tidos como eventual prática do crime de lavagem de dinheiro, em razão da existência de dúvida razoável sobre a licitude ou ilicitude da origem dos valores transportados em veículo por Wagner Garcia de Abreu Júnior e Rogério Augusto Gonçalves de Oliveira. O delito de lavagem de dinheiro, em regra, é de competência da Justiça Estadual, sendo os casos da Justiça Federal apenas os expressamente referidos no art. 2º, III, da Lei 9.613/98. Nesse contexto, havia mesmo uma aparente competência da Justiça Estadual para processamento do suposto crime de lavagem de dinheiro notadamente porque ainda não se sabia, ao certo, qual seria o delito anterior. Havia apenas relatos de “aparentes indícios da prática de delito anterior, como no caso de sonegação fiscal (impostos federais ou estaduais) - delito contra a ordem tributária e econômica - , ou até mesmo crimes contra o sistema financeiro nacional ou elementos aparente e indicativos do delito de “lavagem” ou ocultação de valores”. Ao manifestar-se pela remessa dos autos à Subseção Judiciária de Ribeirão Preto/SP, o Ministério Público do Estado de São Paulo não o fez por conhecimento efetivo acerca de possível correlação dos fatos com os investigados no bojo da Operação Catrapo, para os quais o Juízo da 5ª Vara Federal da Seção Judiciária de Mato Grosso era prevento. Do mesmo modo, nota-se que a Polícia Federal de Cuiabá/MT (Delegacia de Repressão a Drogas - DRE/DRCOR/SR/PF/MT), responsável pela investigação do IPL 2021.0049096-SR/PF/MT (Operação Catrapo), não descartou a possibilidade de que a abordagem ao veículo Jeep Renegade pudesse revelar a existência de crimes desconexos com os fatos apurados no bojo da Operação Catrapo. Mas, vislumbrando a possibilidade de eventual aproveitamento de provas, pugnou pela compartilhamento dessas, sem saber, ainda, da existência de uma concreta conexão, o que somente veio à tona após a efetiva extração dos dados do celular apreendido, pois, até então, a hipótese delitiva era de lavagem de dinheiro. Entende-se que o só fato de a abordagem policial, que culminou na apreensão do numerário e do aparelho celular, ter sido efetivada a pedido do GISE/MT, em consequência de investigação, vigilância e interceptação telefônica e telemática dos investigados realizadas dentro do inquérito policial da Operação Catrapo, não infirma a existência da aparência inicial da competência da Justiça Estadual para deferimento das medidas, porquanto não comprovado cabalmente que os órgãos de persecução penal atuantes na diligência sabiam da real conexão com os fatos da Operação Catrapo. Com efeito, a Justiça Estadual seria manifestamente incompetente ao tempo da decisão se em nada se relacionasse ao caso e, ainda assim, tivesse emitido ordens para produção de atos de investigação criminal. Mas não é esta a hipótese dos autos, pois, o declínio de competência se deu por motivo superveniente e desconhecido pelo juízo apontado como incompetente à época da autorização judicial. A aparente competência da Justiça Estadual restou confirmada após a Subseção Judiciária de Ribeirão Preto ter desmembrado o processo e devolvido ao Juízo Estadual para apuração do delito de lavagem de capitais, sem prejuízo da apuração do crime contra a ordem tributária. Não se sabe, ao certo, os fundamentos da decisão de desmembramento, porquanto não

juntada aos autos pelos impetrantes. Aliás, à míngua de outras informações de como se deu o processamento do IPL nº 5005363-70.2022.4.03.6181 junto à Subseção Judiciária de Ribeirão Preto/SP também não é possível afirmar que não houve convalidação dos atos praticados pela Justiça Estadual, notadamente o deferimento da medida cautelar de quebra de sigilo de dados. Restam dúvidas, também, sobre qual a existência de decisão também do Juízo Federal (Subseção Judiciária de Ribeirão Preto) pelo deferimento do pedido de compartilhamento de provas, havendo informação na denúncia no sentido de que a autorização judicial de compartilhamento de provas partiu da 2ª Vara Federal de Ribeirão Preto/SP, vinculada ao Inquérito Policial IPL 2022.0008284 – DPF/RPO/SP. Nesses termos, vista e considerada a documentação trazida pelos impetrantes, que não evidencia todo o trâmite do IPL 2022.0008284 – DPF/RPO/SP, não há como acolher, ao menos não por esta via, a tese defensiva de que a prova compartilhada, obtida através da quebra de sigilo de dados deferida pela Justiça Estadual é imprestável, pois mesmo diante da incompetência do Juízo Estadual os atos processuais devem ser avaliados pelo juízo competente, para que decida se válida ou não aqueles atos até então praticados. Ademais, ainda que prevento o Juízo da 5ª Vara da Seção Judiciária de Mato Grosso, que já avocou a competência do inquérito 5005363- 70.2022.4.03.6181, inegável que o conhecimento sobre a efetiva conexão dos fatos decorrentes da abordagem com os apurados no bojo da Operação Catrapo somente foi possível após o compartilhamento das provas produzidas no bojo do referido inquérito e que tinham como foco investigativo crimes diversos. Nesse ponto, conforme consignado na decisão que indeferiu o pedido liminar, a prova alegadamente ilícita foi produzida “no curso de inquérito policial no qual se apurava inicialmente crime diverso daquele imputado na denúncia oferecida em desfavor do paciente, já tendo o referido juízo federal, inclusive, recebido a inicial acusatória, conforme exposto na inicial da presente impetração”. Para os impetrantes, o constrangimento ilegal revela-se no fato de que a autoridade impetrada recebeu a denúncia ofertada no bojo da Operação Catrapo sem que tenha convalidado os atos praticados pela Justiça Estadual. Todavia, do que se infere da documentação encartada nos autos, ao deferir o pedido de prisão preventiva em desfavor do paciente, o Juízo a quo não afirmou a inexistência da teoria do juízo aparente, até porque essa tese, do que consta dos autos, não foi levada ao seu conhecimento para manifestação. A autoridade impetrada apenas esclareceu os motivos pelos quais avocou, em 01/09/2022, os autos do Inquérito 5005363- 70.2022.4.03.618. Outrossim, em sentido contrário à hipótese de não convalidação dos atos processuais praticados pela Justiça Estadual (que podem ter sido convalidados pela Subseção Judiciária de Ribeirão Preto, não se sabe), o que consta dos autos é que houve o compartilhamento de provas pelo Juízo da 2ª Vara Federal de Ribeirão Preto/SP, enquanto vinculado ao Inquérito Policial IPL 2022.0008284 – DPF/RPO/SP, e o recebimento da denúncia por parte do Juízo Federal competente, ora impetrado. De fato, o Juízo Federal da 5ª Vara da Seção Judiciária do Mato Grosso recebeu a denúncia ofertada em desfavor do paciente e de outros investigados pela suposta prática dos delitos tipificados no art. 33, caput, c/c art. 35, c/c art. 40, inciso I, todos da Lei nº 11.343/06; no art. 306, parágrafo único, do CP; e no art. 1º, §1º, inciso II, c/c §2º, incisos I e II, c/c §4º, todos da Lei nº 9.613/98, por quatro vezes, tudo na forma do art. 69 do CP. A prova alegadamente ilícita foi compartilhada para instrução do IPL relacionado à Operação Catrapo. Os impetrantes em nenhum momento afirmaram ou comprovaram que tal compartilhamento de provas não foi deferido judicialmente. Além do mais, após avocar os autos do inquérito 2022.0008284, o Juízo a quo deu seguimento normal ao processo, recebendo a denúncia que foi instruída com a tal prova alegadamente ilícita, conforme noticiado pelos próprios impetrantes. Reitera-se, a modificação da competência não invalida nem nulifica a prova regularmente produzida. Isso porque o reconhecimento por determinado Juízo de sua incompetência para julgar a causa não acarreta pura e automaticamente a nulidade da decisão por ele fora proferida anteriormente, devendo ser a mantida até a

apreciação pelo juízo competente (AgRg no HC n. 659.667/DF, relatora Ministra Laurita Vaz, Sexta Turma, julgado em 27/3/2023, D Je de 31/3/2023; RHC n. 172.313/DF, relator Ministro Sebastião Reis Júnior, Sexta Turma, julgado em 7/3/2023, D Je de 9/3/2023). A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é no sentido “de preservação dos atos processuais, ainda que se trate de nulidade absoluta, diante da possibilidade de ratificação dos atos pelo Juízo competente, ou seja, a modificação da competência não invalida automaticamente os atos instrutórios já praticados” (AgRg no RHC n. 163.888/SC, relator Ministro Olindo Menezes (Desembargador Convocado do TRF 1a Região), Sexta Turma, julgado em 11/10/2022, D Je de 17/10/2022). No presente caso, houve, no mínimo, ratificação tácita ou implícita dos atos praticados por Juízo incompetente do atos decisórios, pois o juízo competente deu normal seguimento ao processo (STJ - RHC: 178516, Relator: RIBEIRO DANTAS, Data de Publicação: 14/04/2023). Assim, não se pode concluir, por essa via, pela nulidade da prova encartada na denúncia oferecida no bojo da Operação Catrapo. Ressalte-se que o Juízo impetrado informou que os autos da ação penal originária aguardam apresentação de resposta à acusação pelos acusados para que seja realizado o juízo de absolvição sumária. Assim, de posse de TODOS os elementos de prova carreados aos autos originário, especialmente os que tratam do compartilhamento da prova cujo desentranhamento se pretende, ouvido o Ministério Público Federal de primeira instância, mais próximo dos fatos e de todas as informações necessárias para análise da tese aqui defendida, poderá o Juízo acolher a tese do paciente acaso efetivamente demonstrada a inaplicabilidade, ao caso, da teoria do juízo aparente, que permite a convalidação dos atos eventualmente praticados por autoridade incompetente.

No caso, conforme bem ressaltado pela PRR/1ª Região no parecer supratranscrito, a decisão que deferiu a quebra do sigilo telemático do celular pertencente ao codenunciado Wagner Garcia se deu quando ainda se investigava apenas o delito de lavagem de dinheiro, sem maior clareza acerca de qual seria o eventual delito antecedente - que também poderia ser de competência da Justiça Estadual (como, por exemplo, a sonegação de tributos estaduais) -, o que evidencia a aplicabilidade do princípio do juízo aparente no caso sob análise, a possibilitar uma eventual convalidação dos atos praticados pelo Juízo Estadual, ainda que tácita.

Finalmente, convém destacar que é assente no âmbito do processo penal, que, pelo princípio pas de nullité sans grief, não se deve declarar eventual nulidade sem que haja demonstração de efetivo prejuízo à defesa.

No caso, ainda que não se tenha informação acerca de uma convalidação expressa por parte de Juízo Federal dos atos inicialmente praticados por Juízo Estadual, também não restou demonstrado efetivo prejuízo à defesa a justificar a declaração de nulidade da prova produzida, notadamente quando não se vislumbra, para além da alegada incompetência (repita-se: suprível pela convalidação dos atos pelo Juízo Federal competente), qualquer ilegalidade do procedimento, não se tendo também notícia de que tal nulidade tenha sido suscitada no curso das investigações, já tendo a denúncia sido, inclusive, recebida pelo Juízo Federal competente.” (fls. 2239/2249)

Compulsando-se os autos, verifica-se que, ao revés do consignado pelo Tribunal de origem e defendido pelo Ministério Público Federal, ora agravante, não havia aparência de competência do Juízo da 5ª Vara Criminal de Ribeirão Preto, que, após a manifestação do Ministério Público pela remessa dos autos à Justiça Federal, autorizou a perícia no celular do corréu Wagner, *"esclarecendo que assim o fez com o fim único de resguardar a eficiência da medida, cuja efetividade poderia ficar prejudicada caso a cautelar fosse redistribuída à Justiça Federal naquele momento, pois o trâmite da redistribuição, usualmente, demora, aproximados três dias (ou mais)"* (fl. 2389).

No caso, a ação policial que culminou na apreensão do celular teve origem em pedido formulado pela Polícia Federal, que, em razão de decisões proferidas pela Justiça Federal de Cuiabá, no âmbito da operação Catrapo, vinha monitorando o corréu Wagner (fl. 2203), o que denota ser crível, desde o início, que os fatos investigados eram conexos e estavam compreendidos na competência da Justiça Federal.

Ademais, o Juízo Estadual não demonstrou a urgência que justificasse a autorização das cautelares quando visível a sua incompetência, sendo certo que o tempo do trâmite natural de redistribuição do processo à vara competente não seria argumento hábil a evidenciar o caráter imprortelável da medida, mormente em se considerando não haver risco efetivo e iminente de perecimento das provas, uma vez que o celular apreendido se encontrava sob custódia da Justiça.

Logo, não restou minimamente esclarecido como a competência poderia recair sobre o Juízo da 5ª Vara Criminal de Ribeirão Preto/SP, o que afasta a possibilidade de aplicação da teoria do Juízo aparente.

Nos termos da jurisprudência dominante no âmbito desta Corte Superior, reconhecida previamente a incompetência do Juízo de primeiro grau, a extração de dados do celular apreendido por ele determinada deve ser declarada nula. Nesse sentido:

PENAL E PROCESSO PENAL. RECURSO EM HABEAS CORPUS. 1. "OPERAÇÃO GRABATO". INCOMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL. REMESSA DOS AUTOS À JUSTIÇA FEDERAL. NULIDADE DOS ATOS PRATICADOS. NÃO RECONHECIMENTO. 2. TEORIA DO JUÍZO APARENTE. NÃO APLICAÇÃO. 3. VERBAS DA UNIÃO. COMBATE À PANDEMIA DE COVID-19. HOSPITAL DE CAMPANHA. SUPERVISÃO DIRETA E EXPLÍCITA DA CGU. COMPETÊNCIA FEDERAL MANIFESTA. 4. PREJUÍZO DEMONSTRADO. PRIVACIDADE DEVASSADA. JUÍZO

SABIDAMENTE INCOMPETENTE DESDE O INÍCIO. PROVA ILÍCITA. ART. 157 DO CPP. PRECEDENTES. 5. RECURSO EM HABEAS CORPUS A QUE SE DÁ PROVIMENTO.

1. O recorrente pretende anular as investigações relativas à "Operação Grabato", em especial a busca e apreensão, bem como as provas derivadas, em virtude de ter sido deferida por Juízo incompetente, situação já reconhecida pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios. Não se discute, portanto, a incompetência, mas apenas suas consequências.

2. A situação dos autos não autoriza a aplicação da teoria do juízo aparente. Como é de conhecimento, referida teoria autoriza o aproveitamento de atos decisórios emanados por autoridade judicial incompetente que, à época, era tida por aparentemente competente. De fato, nesses casos, a declinação de competência não possui o condão de invalidar as diligências autorizadas por Juízo que até então era competente para o processamento do feito. Contudo, na presente hipótese, não há se falar em competência aparente nem em descoberta superveniente de elementos que atraem a competência da Justiça Federal.

3. A própria decisão que deferiu a busca e apreensão destaca que a investigação se refere a quantias repassadas pela União para combate à pandemia de Covid-19, relativa ao hospital de campanha, tendo, inclusive, autorizado que o cumprimento da medida fosse acompanhado pela Controladoria-Geral da União, com compartilhamento de provas.

Ademais, é assente na doutrina e na jurisprudência a competência da Justiça Federal para processar e julgar os feitos e procedimentos relativos ao desvio de verbas da saúde repassadas pela União, haja vista o dever do governo federal de supervisionar essas verbas (Fundo de Saúde do Distrito Federal, oriundo de repasses da União e fiscalizado pela Controladoria Geral da União e pelo Tribunal de Contas da União).

Precedentes: AgRg no CC 169.033/MG, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 13/05/2020, DJe 18/05/2020; RHC 111.715/RS, Rel. Ministra LAURITA VAZ, SEXTA TURMA, julgado em 24/09/2019, DJe 10/10/2019; HC 52.205/RS, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 03/08/2017, DJe 14/08/2017; RHC 59.287/RS, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 17/11/2015, DJe 25/11/2015.

4. A nulidade indicada se refere ao reconhecimento da incompetência do Juízo que determinou a medida de busca e apreensão. Tem-se, portanto, manifesto o prejuízo suportado pelo recorrente, que teve sua privacidade, a qual é protegida constitucionalmente, devassada por Juízo sabidamente incompetente desde o início. Dessarte, quem produz prova sem ter competência provoca prova ilícita, nos termos do art. 157 do Código de Processo Penal, sem possibilidade de ter, no ponto, visão utilitária. Precedente

do STJ.

5. *Recurso em habeas corpus a que se dá provimento, para reconhecer a nulidade da busca e apreensão, bem como das provas derivadas, com o consequente desentranhamento do caderno investigatório.*

(RHC n. 130.197/DF, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, julgado em 27/10/2020, DJe de 12/11/2020, DJe de 3/11/2020.)

PENAL E PROCESSO PENAL. HABEAS CORPUS.

1. IMPETRAÇÃO SUBSTITUTIVA DO RECURSO PRÓPRIO. NÃO CABIMENTO. 2. PLEITO DE NULIDADE. QUEBRA DE SIGILO DE PARLAMENTAR. JUÍZO INCOMPETENTE. NULIDADE RECONHECIDA. 3. INDÍCIOS FORTES DE ENVOLVIMENTO DE PARLAMENTAR DESDE 2003. DECLÍNIO DA COMPETÊNCIA APENAS EM 2006. ILEGALIDADE. 4. ENTENDIMENTO DEFENDIDO NO HC N. 412.016/MA. WRIT IMPETRADO POR CORRÉU. VOTO VENCIDO. LIMINAR DEFERIDA NO STF EM RHC. 5. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO. ORDEM CONCEDIDA DE OFÍCIO.

1. O Supremo Tribunal Federal e o Superior Tribunal de Justiça, diante da utilização crescente e sucessiva do habeas corpus, passaram a restringir sua admissibilidade quando o ato ilegal for passível de impugnação pela via recursal própria, sem olvidar a possibilidade de concessão da ordem, de ofício, nos casos de flagrante ilegalidade.

2. Vislumbra-se, na hipótese, a nulidade arguida e constata-se, de plano, prejuízo à paciente, porque foram indevidamente quebrados sigilos do parlamentar, e essas provas foram utilizadas contra ela e os corréus, para fins de condenação. Quem produz prova sem ter competência provoca prova ilícita, sem possibilidade de ter, no ponto, visão utilitária.

3. Em fevereiro de 2003 já existiam indícios fortes do envolvimento de pessoa com prerrogativa de foro, não se justificando o declínio da competência apenas em 2006, ou seja, três anos depois, sendo, a meu ver, equivocado fixar referido parâmetro temporal. Por oportuno, vale a pena destacar que, mesmo na hipótese de o envolvimento do parlamentar no ilícito ter sido descoberto somente quando da informação a respeito da lotação dos servidores do seu gabinete, o Ofício n. 609 da Assembleia Legislativa é de dezembro de 2003.

No entanto, a remessa dos autos ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região somente ocorreu três anos depois, em 2006.

4. Guardando coerência com o voto vencido proferido por mim no Habeas Corpus n. 412.016/MA, impetrado por corréu, deve ser mantido o entendimento ali defendido, o qual foi acolhido pelo Supremo Tribunal Federal, ao deferir a liminar no recurso lá interposto (RHC), no sentido de que "antes do envio dos autos ao Tribunal Regional Federal, que somente veio a ocorrer em 6 de junho de 2006, já havia elementos consistentes sobre o

envolvimento do recorrente na apropriação e no desvio dos vencimentos de servidores nomeados fraudulentamente para ocuparem cargos em comissão".

5. Habeas corpus não conhecido. Ordem concedida de ofício, para reconhecer a nulidade suscitada, na esteira das manifestações precisas dos Desembargadores Federais Olindo Menezes e Néviton Guedes, do egrégio Tribunal Regional Federal da Primeira Região.

Votação empatada. Incidência do art. 181, § 4º, do RI-STJ.

(HC n. 503.458/MA, relator Ministro Joel Ilan Paciornik, relator para acórdão Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, julgado em 27/8/2019, DJe de 10/9/2019.)

Assim, não há ilegalidade que justifique a reforma da decisão impugnada.

Ante o exposto, voto no sentido de negar provimento ao presente agravo regimental.



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

TERMO DE JULGAMENTO QUINTA TURMA

AgRg no RHC 189.376 / MT
PROCESSO ELETRÔNICO
MATÉRIA CRIMINAL

Número Registro: 2023/0398011-3

Número de Origem:

10009261020214013606 10009321720214013606 10056975320228260506 10258385420234010000

Sessão Virtual de 20/02/2025 a 26/02/2025

Relator do AgRg

Exmo. Sr. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK

Presidente da Sessão

Exmo. Sr. Ministro MESSOD AZULAY NETO

Secretário

Me. MARCELO PEREIRA CRUVINEL

AUTUAÇÃO

RECORRENTE : SÉRGIO ROBERTO DE CARVALHO
ADVOGADOS : PIETRO MIORIM - RS070897
RICARDO DE PARANAGUÁ PIQUET CARNEIRO - DF050392
MATHEUS PELZL FERREIRA - MS025241
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
CORRÉU : WAGNER GARCIA DE ABREU JUNIOR
CORRÉU : RUBENS BOTINI SOBRINHO
CORRÉU : ROGERIO AUGUSTO GONCALVES DE OLIVEIRA
CORRÉU : ARGEMIRO DE LIMA BRAGA NETO
CORRÉU : BRUNO DE JESUS ALVES DOS SANTOS
CORRÉU : WAGNER DO AMARAL PALMEIRA
CORRÉU : WILLIAN SANTOS MIRANDA
CORRÉU : CACIANDRA PEREIRA DA SILVA
CORRÉU : ISMAR LEITE DA CUNHA
CORRÉU : ROGERIO BLUMENTHAL DE MORAES
CORRÉU : JOAO FRANCISCO SOARES RODARTE
CORRÉU : HANDERSON FINCO
CORRÉU : FABRICIO NIVELTO PORTO
CORRÉU : ANTONIO HERALDO FRAGA DA SILVA

CORRÉU : VINICIUS RODRIGUES BOTINI
CORRÉU : GUSTAVO ROSSATTO DE ABREU
CORRÉU : CLAUDIONOR DE ANDRADE

ASSUNTO : DIREITO PENAL - CRIMES PREVISTOS NA LEI DA ORGANIZAÇÃO
CRIMINOSA - PROMOÇÃO, CONSTITUIÇÃO, FINANCIAMENTO OU
INTEGRAÇÃO DE ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA

AGRAVO REGIMENTAL

AGRAVANTE : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
AGRAVADO : SÉRGIO ROBERTO DE CARVALHO
ADVOGADOS : PIETRO MIORIM - RS070897
RICARDO DE PARANAGUÁ PIQUET CARNEIRO - DF050392
MATHEUS PELZL FERREIRA - MS025241

TERMO

A QUINTA TURMA do Superior Tribunal de Justiça, em Sessão Virtual de 20/02/2025 a 26/02/2025, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Sr. Ministro Joel Ilan Paciornik.

Os Srs. Ministros Reynaldo Soares da Fonseca, Ribeiro Dantas, Messod Azulay Neto e Daniela Teixeira votaram com o Sr. Ministro Relator. Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Messod Azulay Neto.

Brasília, 26 de fevereiro de 2025